

**FACULDADES SÃO JOSÉ
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TÁFIA CECÍLIA DE SOUZA FELIX

PROFESSOR-ORIENTADOR
ENILTON PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICO**

Rio de Janeiro

2019

**A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM UMA INSTITUIÇÃO
DE ENSINO PÚBLICO**
**THE IMPORTANCE OF BUDGETARY PLANNING IN A PUBLIC EDUCATION
INSTITUTION**

Táfia Cecília de Souza Felix
Graduanda do curso de Ciências Contábeis
Enilton Pereira
Titulação

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade apresentar a importância do planejamento orçamentário em uma instituição de ensino público. Sendo o objetivo geral, analisar o balanço orçamentário da instituição e descrever suas vantagens e desvantagens, comparadas a uma instituição de ensino privado e o método adotado na pesquisa, o descritivo. As hipóteses defendidas nesse artigo são de integrar o sistema de orçamento proposto ao sistema de informação das instituições.

Palavras-chave: planejamento, orçamento, contabilidade pública.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the importance of budget planning in a public education institution. Being the general objective, to analyze the budget balance of the institution and to describe its advantages and disadvantages, compared to a private institution and the method adopted in the research, the descriptive. The hypotheses advocated in this article are to integrate the proposed budget system into the information system of the institutions.

Key-words: planning, budgeting, public accounting

INTRODUÇÃO:

O presente artigo de pesquisa aborda a importância do planejamento orçamentário em uma instituição de ensino público.

O estudo tem como objetivo analisar a importância do Planejamento orçamentário da instituição Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, conhecido popularmente pelas suas siglas CEFET e descrever vantagens e desvantagens.

A metodologia adotada para elaboração do artigo é a descritiva com enfoque em análise documental com respaldo qualitativo, contendo um estudo de caso da Instituição de ensino Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

A área de ensino como se percebe, enfrenta o problema relevante e urgente da construção de um sistema de orçamento.

A resolução desse problema se desdobra em duas tarefas:

- Conceber um sistema de informação de orçamento integrado, de forma sistêmica, à contabilidade e, de forma conceitual, aos modelos de decisão (planejamento, execução e controle) e de mensuração, e que atenda à legislação atual;
- Analisar e explicitar, de forma concreta, a possibilidade de integrar o sistema de orçamento proposto ao sistema de informação já existente.

Deste modo, este artigo é importante para auxiliar na tomada de decisões dos gestores, contribuindo para o conhecimento da contabilidade pública e futuros profissionais, seguindo os parâmetros das diretrizes orçamentárias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Inglaterra, França e os Estados Unidos são países que evidenciam o avanço da técnica orçamentária, entretanto, alguns autores acreditam que esta técnica surgiu muitos séculos antes. Como é o caso de Baleeiro (2008, p. 495):

[...] o ponto de partida dessa investigação perde-se obscuramente nos primórdios da Idade Média, quando as instituições feudais fracionavam o poder real, ou imperial, e confundiam receitas privadas do domínio do príncipe com receitas autoritárias.

Fortalecendo este pensamento Araújo e Arruda (2006, p.67):

A origem do orçamento público ocorreu no século XIII, mais precisamente em 1215, na Inglaterra, remontando ao momento em que a Carta Magna foi imposta ao Rei João Sem-Terra pelos senhores feudais, com o objetivo de limitar seus poderes sobre a arrecadação e a forma de realização dos gastos.

Giacomoni (2002, p.38) destaca no artigo 12 da Carta Magna:

Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante.

Nessa continuidade Giacomoni (2005, p. 40), ressalta: “Em todo o decorrer do século XIX, o orçamento público inglês foi sendo aperfeiçoado e valorizado como instrumento básico de política econômica e financeira do Estado”.

Deste modo Pires e Motta (2006, p. 18), enfatiza: “a trajetória do orçamento na Inglaterra, quando questões relevantes incorporadas no avanço da sistemática orçamentária atestou que a despesa pública depende da política adotada; logo se delineou a natureza técnica e jurídica do orçamento público”.

Segundo Pires e Mota (2006, p.18) a Revolução Francesa foi encarregada pelo começo da prática orçamentária, conforme se vê:

O avanço da técnica orçamentária iniciou-se com a Revolução Francesa, em 1789, com a instituição da Assembleia Nacional, que aprovou a Declaração dos Direitos do Homem, onde se estabeleciam princípios e regras básicas, segundo os quais [...] cabiam exclusivamente aos representantes do povo o direito de votar impostos, os quais deveriam ser pagos por todos os cidadãos, de acordo com sua capacidade contributiva e independente de sua condição social.

Nos Estados Unidos o início das práticas orçamentárias no país, foi a Declaração dos Direitos do Congresso da Filadélfia. “O descontentamento dos colonos com a exigência de tributos dos ingleses foi o estopim para o processo de independência americano”. (ARAÚJO E ARRUDA, 2006).

No Brasil, também surgiu devido ao desgosto do povo com os elevados valores de impostos, segundo Wilges (1995, p. 18) “o povo se revoltou com a cobrança de impostos como em outros países, e pediu participação nas decisões portuguesas, tal fator foi fundamental para o surgimento do orçamento no Brasil”.

No Brasil após a vinda do rei D. João VI, inaugurou-se o processo de organização de finanças. Este processo promoveu Países como a Inglaterra a ter compromisso com o uso da cobrança dos tributos aduaneiros. Em 1808, o Brasil conquistou a criação do Erário público e o regime de Contabilidade. Já em 1824 com a constituição Imperial, iniciou as primeiras exigências para construção do orçamento por parte do império.

Conforme a constituição Brasileira de 1988, o art. 165 estabelecido pela iniciativa Poder Executivo, é composto de: Lei do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei dos Orçamentos Anuais (LOA).

- O PPA tem como objetivos e metas o controle de despesas de capital e outras despesas ligadas ao planejamento do sistema orçamentário.
- A LDO orienta a elaboração do orçamento, deixando à disposição a alteração da legislação em vigor.
- A LOA acompanha os demonstrativos dos órgãos auxiliando nas prioridades do ano vigente.

O Plano Operativo Anual (POA) é o instrumento interno onde a organização ou entidade estabelece os objetivos que devem ser realizados, consiste em propostas das ações institucionais, considerando a identificação e relação do segmento em sua área de atuação com as ações orçamentárias disponibilizadas pelo Ministério da Educação, além das diretrizes internas e legais.

O CEFET – RJ por ser uma instituição de ensino tecnológico possui uma programação do orçamento fundamentada no Projeto da Lei Orçamentária Anual

(LOA), aprovada pelo congresso Nacional e no Novo Regime Fiscal através da Emenda Constitucional 95 (EC95), de 2016, sancionada pela Presidência da República - Lei nº 13.587, de 2.1.2018.

A programação orçamentária desta instituição é estruturada pela Direção Geral e outros diretores sistêmicos do campus, onde é definida a distribuição e aplicações dos valores no ano vigente.

Posto isto o Plano Operativo Anual (POA), é baseado em uma expectativa de arrecadação de recursos do governo federal, necessário para a construção da programação do orçamento utilizado pelo CEFET.

ESTUDO DE CASO

O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) surgiu em 1917 como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Hoje em dia é uma instituição federal de ensino que se compreende como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes (pós-médio), tecnológicos, de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), nas modalidades presencial e a distância.

O CEFET/RJ atua na tríade ensino, pesquisa e extensão e visa contribuir para a formação de profissionais bem preparados para o desenvolvimento econômico e social de mesorregiões do estado do Rio de Janeiro. Desde a expansão da rede federal de ensino técnico e tecnológico, a instituição conta com o campus-sede Maracanã e com mais sete campi espalhados pelo estado do Rio de Janeiro, que são: Angra dos Reis, Itaguaí, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença.

O Balanço orçamentário do CEFET foi a base para a análise do estudo de caso aqui apresentado, a fim de gerar informações úteis, confiáveis e adequadas ao gestor. Para o desenvolvimento da análise foram observados o segundo art. 102 da Lei nº 4.320/1964, que conceitua balanço orçamentário aquele que demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Para Kohama (2006) a análise das demonstrações contábeis é uma investigação dos fatos, baseados nos dados dos balanços públicos. Padoveze (2004, p. 193) por sua vez destaca que “a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”.

Para alcançar seus objetivos este estudo se utiliza, principalmente, de três abordagens ou técnicas necessárias para alcançar as suas conclusões e oferecer aos usuários informações úteis. Tais como: Análise Vertical e Análise Horizontal.

- Análise vertical busca-se avaliar cada conta ou grupo de conta em relação ao seu conjunto, e os resultados obtidos por essa análise devem ser analisados conjuntamente com os resultados da análise horizontal e dos indicadores.

Neste ponto, Padoveze (2004) afirma que a análise da estrutura da demonstração de resultados e do balanço patrimonial busca evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultado dentro do total.

- Na Análise Horizontal avalia-se a evolução dos componentes patrimoniais e de resultado em determinados períodos de tempo ou exercícios.

Para Matarazzo (2003, p. 245) “a análise de evolução ou horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações contábeis em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração contábil básica, geralmente a mais antiga da série”.

Não obstante a importância dessas duas abordagens, o presente trabalho foi desenvolvido com foco na análise das demonstrações contábeis por meio dos indicadores econômicos e sociais.

Nesse tipo de análise busca-se relatar, com base nas informações contábeis, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Neto (2001).

Para a análise comparativa foram utilizados os valores originais do orçamento planejado e os valores originais executados pelo CEFET, através dos Relatórios de gestão anual de 2017 e 2018, divulgado por meio do site de acesso livre da instituição, fortalecendo a Transparência do Governo Federal no qual o cidadão pode encontrar

informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil.

Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país.

Os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU(Controladoria-Geral da União), que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. A periodicidade de envio dos dados depende do assunto tratado, assim como a periodicidade de atualização das informações no Portal.

Uma vez carregadas no Portal, as informações são disponibilizadas para conhecimento do cidadão de diversas formas, como: painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos.

O acesso ao Portal não requer usuário nem senhas, sendo permitido a qualquer cidadão navegar pelas páginas de forma livre, bem como visualizar e utilizar os dados disponíveis da forma que melhor lhe convier.

Tabela 1: Análise vertical e horizontal das receitas previstas do balanço orçamentário de 2017 e 2018– CEFET – RJ.

TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	PREVISÃO INICIAL (R\$)	PREVISÃO INICIAL (R\$)	AV (%)	AV (%)	
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	973.891,00	876.704,00	0,19	0,5287	0,9002
RECEITA DE SERVIÇOS	1.145.828,00	777.243,00	0,22	0,4687	0,6783
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.090.299,00	-	0,59	-	-
RECEITA DE CAPITAL	-	4.249,00	-	0,0026	-
TOTAL	5.210.018,00	1.658.196,00	100	100	0,3183

Tabela 2: Análise vertical e horizontal das receitas realizadas do balanço orçamentário de 2017 e 2018– CEFET – RJ.

TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	RECEITAS REALIZADAS (R\$)	AV (%)	AV (%)	
RECEITAS CORRENTES	1.399.664,45	2.016.895,91	0,0035	0,0049	1,4410
RECEITA PATRIMONIAL	842.869,01	795.795,13	0,0021	0,0019	0,9441
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	-	795.323,48	-	0,0019	-
VALORES IMOBILIÁRIOS	-	471,65	-	1,1383	-
RECEITA DE SERVIÇOS	280.092,98	1.219.570,88	0,0007	0,0029	4,3542
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	276.702,46	1.529,90	0,0007	3,6924	0,0055
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.016.895,91	-	0,0049	-
DEFICT	402.925.132,12	412.325.706,15	0,9965	0,9951	1,0233
TOTAL	404.324.796,57	414.342.602,06	100	100	1,0248

Tabela 3: Análise vertical e horizontal das despesas do balanço orçamentário de 2017

e 2018– CEFET - RJ

TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	AV (%)	AV (%)	
DESPESAS CORRENTES	364.490.864,00	386.394.895,00	0,98	0,9923	1,0601
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	305.081.161,00	328.013.133,00	0,82	0,8423	1,0752
OUTRAS DESPESAS CORRENTES ¹	59.409.703,00	58.381.762,00	0,16	0,1499	0,9827
DESPESA DE CAPITAL ¹	7.917.128,00	3.004.240,00	0,02	0,0077	0,3795
TOTAL	372.407.992,00	389.399.135,00	100	100	1,0456
TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	AV (%)	AV (%)	
DESPESAS CORRENTES	393.699.332,00	409.461.324,00	0,96	0,9810	1,0400
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	340.776.974,00	354.997.475,00	0,83	0,8505	1,0417
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.922.358,00	54.463.849,00	0,13	0,1305	1,0291
DESPESA DE CAPITAL ²	15.262.351,00	7.945.021,00	0,04	0,0190	0,5206
TOTAL	408.961.683,00	417.406.345,00	100	100	1,0206
TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	AV (%)	AV (%)	
DESPESAS CORRENTES	389.910.206,21	403.454.115,48	0,96	0,9737	1,0347
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	339.256.729,58	349.487.505,23	0,84	0,8435	1,0301
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.653.476,63	53.966.610,25	0,13	0,1302	1,0654
DESPESA DE CAPITAL ³	14.414.590,36	10.888.486,58	0,04	0,0263	0,7554
TOTAL	404.324.796,57	414.342.602,06	100	100	1,0248
TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH (%)
	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)	AV (%)	AV (%)	
DESPESAS CORRENTES	385.005.072,03	397.202.077,39	1,00	0,9977	1,0317

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	339.256.729,58	349.487.505,23	0,88	0,8778	1,0301
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.748.342,45	47.714.572,16	0,12	0,1198	1,0430
DESPESA DE CAPITAL	778.834,00	929.282,61	0,00202	0,0023	1,1932
TOTAL	385.783.906,03	398.131.360,00	100	100	1,0320
TÍTULO	2017	2018	2017	2018	AH
	DESPESAS PAGAS (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)	AV (%)	AV (%)	(%)
DESPESAS CORRENTES ¹	377.084.503,80	366.094.955,93	1,00	0,9977	0,9708
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ¹	331.668.245,60	321.261.621,12	0,88	0,8755	0,9686
OUTRAS DESPESAS CORRENTES ²	45.416.258,20	44.833.334,81	0,12	0,1222	0,9872
DESPESA DE CAPITAL	745.702,47	831.258,87	0,00197	0,0023	1,1147
TOTAL	377.830.206,27	366.926.214,80	100	100	0,9711

Observando o balanço entende-se que quando comparado com o ano de 2018 com 2017, houve um aumento nas despesas e redução na receita.

Complementando análise, a seguir alguns apontamentos:

- Receitas Correntes:

Receita Patrimonial: O total arrecadado de Receitas Correntes - Receitas Patrimoniais 2018 conforme tabela 1, foi de R\$ 795.795,13. Essas receitas são arrecadações de aluguéis de espaço do CEFET/RJ a terceiros que são registradas na conta 62120.00.00 (Receitas Realizadas). A receita patrimonial de 2018 conforme tabela 2, representa 0,0019 % da análise vertical.

- Receitas Correntes:

Receita de Serviços: O total arrecadado de receitas correntes - Receitas Serviços 2018, conforme tabela 2 foi de R\$ 1.219.570,88, representando 0,0029% da análise vertical, refletindo um aumento de 0,0022%, confrontado com o ano 2017. Esta receita reproduz 4,3542% de análise horizontal comparado com o ano de 2017.

- **Receitas Correntes:**

Outras Receitas Correntes: O total arrecadado em 2017, conforme tabela 2, R\$ 276.702,46 na origem outras receitas correntes, referente a receitas de indenizações, restituições e ressarcimentos. Estas receitas não estavam inicialmente previstas e representam 0,0007% da análise vertical. Esta receita reproduz 0,0055 % de análise horizontal comparado com o ano de 2018.

- **Despesas Totais:**

Despesas Correntes e Despesas de Capital: Ao final de 2018, a execução das despesas com os recursos orçamentários consignados na LOA de 2018, por Grupo, teve o seguinte percentual da análise vertical: Pessoal e Encargos Sociais, com 0,88%, Outras Despesas Correntes, com 1,00%. Cabe destacar que o Grupo que possui a maior representatividade é o Pessoal e Encargos Sociais, com 0,88%, conforme tabela 3, despesas pagas.

- **Despesas Correntes: Outras Despesas Correntes:**

A execução de Despesa corrente - Outras Despesas Correntes: O total arrecadado foi no valor de R\$ 53.966.610,25, ou seja, 0,13% da análise vertical, onde comparado com o ano 2017, não houve alterações, conforme tabela 3, Despesas Empenhadas 2018. Nestas despesas estão incluídos os valores referentes às bolsas de estudos, locação de mão-de-obra para prestação de serviços contínuos, benefícios assistenciais aos servidores, auxílio transporte, auxílio creche, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar o Balanço Orçamentário do CEFET – RJ, a importância das informações geradas através das análises vertical e horizontal, podem ser utilizados como ferramenta de acompanhamento de gestão da entidade, para a tomada de decisão.

A análise realizada permitiu identificar alguns pontos positivos e negativos. Um ponto negativo encontrado foi o aumento em alguns títulos como e o caso das receitas correntes (constituída pelas receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras) na tabela 2, com seu valor maior observamos que em 2017 sua análise vertical resultou em 0,0035 % e em 2018 obteve 0,0049%, um aumento de 0,0014%.

Como ponto positivo, na tabla 3 as despesas tiveram um aumento com exceção dos títulos outras despesas correntes ¹ e outras despesas correntes ²; despesa de capital¹, despesa de capital ² e despesa de capital despesa de capital ³; pessoal e encargos sociais¹ e despesas correntes ¹. Esses títulos sofreram uma diminuição em seu valor no ano de 2018, resultando em uma análise vertical de porcentagem menor comparado com o ano anterior.

Além disso, apontou-se um déficit nas receitas realizadas, como vemos na tabela 2, porem não afetou a análise vertical resultando em 0%.

Importante frisar neste ponto, que não se buscou nesse trabalho fazer uma análise conclusiva quanto à gestão orçamentária e financeira do CEFET – RJ, nem fazer uma avaliação da gestão.

Atualmente se fala no corte de 32% da verba destinada ao CEFET e outras instituições de educação pública, este estudo demonstra que se houver está medida, o pagamento de contas básicas e até mesmo seu funcionamento, podem ser comprometidos, cabe aos poderes competentes rever esta medida para que não seja desvantajoso para comunidade e instituição.

O objetivo do presente estudo é demonstrar a importância o planejamento orçamentário na instituição de ensino público, pois e através dos recursos previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual), adquirir e pagar despesas como: água, energia elétrica, telefone e contratos de terceirização (vigilância, limpeza, serviços gerais etc.), diárias e passagens, inscrições em cursos e eventos, bolsas de monitoria, extensão e pós-graduação.

Como sugestão para novas pesquisas, recomenda-se a aplicação dos indicadores financeiros e de solvência, para fins de comparação com outra instituição de ensino público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública da Teoria à Prática**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BALEEIRO, A. **Uma introdução à Ciência das Finanças**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16 de Nov. de 2018.

CEFET Ministério da educação. **Transparência. Relatório de gestão**. 2018. Disponível em : <[http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4149/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2025-2019%20Aprova%20Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202018%20\(Anexo\).pdf](http://www.cefet-rj.br/attachments/article/4149/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2025-2019%20Aprova%20Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202018%20(Anexo).pdf)> Acesso em 04 de Jun. 2019.

CEFET Ministério da educação. **Transparência. Relatório de gestão**. 2017. Disponível em:<<http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2410/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202017%20-%20completo%20-%20vers%C3%A3o%20final.pdf>> Acesso em 04 de Jun. 2019.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da transparência**. Disponível em:<<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>> Acesso em 04 de Jun. 2019.

Costa, Claudivan da Silva. **Análise das demonstrações contábeis no setor público – avaliação de indicadores financeiros e de solvência**. Disponível em:<<https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5687/VERS%C3%83O%20FINAL>>

%20%20TCC%20%20UNISUL%20%20AP%C3%93S%20DEFESA.pdf?

sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 04 Mai. 2019.

Freitas, Bruno Nunes de. **Gestão de custo no setor público: um estudo sobre a integração do sistema de custo e o sistema orçamentário**. 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10729>> Acesso em 16 Nov. 2018.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo:Atlas,1996.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento orçamentário**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Bernardino José da; Wanderlei Pereira das Neves. **Orçamento Público**. 5. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.

WILGES, Ilmo José. **Noções de Direto Financeiro: O Orçamento Público**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1995.

APÊNDICES E ANEXOS

BALANÇO 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
RECEITAS CORRENTES	1.658.947,00	1.658.947,00	2.016.895,91	362.948,91
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	876.704,00	876.704,00	795.795,13	-80.908,87
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	876.704,00	876.704,00	795.323,48	-81.380,52
Valores Mobiliários	-	-	471,65	471,65
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	777.243,00	777.243,00	1.219.570,88	442.327,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	777.243,00	777.243,00	1.219.570,88	442.327,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.529,90	1.529,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.529,90	1.529,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	4.249,00	4.249,00	-	-4.249,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	4.249,00	4.249,00	-	-4.249,00
Alienação de Bens Móveis	4.249,00	4.249,00	-	-4.249,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.658.196,00	1.658.196,00	2.016.895,91	358.699,91
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.658.196,00	1.658.196,00	2.016.895,91	358.699,91
DEFICIT	-	-	412.325.706,15	412.325.706,15
TOTAL	1.658.196,00	1.658.196,00	414.342.602,06	412.684.406,06
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	886.394.895,00	409.461.324,00	403.454.115,48	397.202.077,29	366.094.955,93	6.007.208,52
Pessoal e Encargos Sociais	228.013.133,00	354.997.475,00	349.487.505,23	349.487.505,23	321.261.621,12	5.509.969,77
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	58.381.762,00	54.463.849,00	53.966.610,25	47.714.572,16	44.833.334,81	497.238,75
DESPESAS DE CAPITAL	3.004.240,00	7.945.021,00	10.888.486,58	929.282,61	831.258,87	-2.943.465,58
Investimentos	3.004.240,00	7.945.021,00	10.888.486,58	929.282,61	831.258,87	-2.943.465,58
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	889.399.135,00	417.406.345,00	414.342.602,06	398.131.360,00	366.926.214,80	3.063.742,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	889.399.135,00	417.406.345,00	414.342.602,06	398.131.360,00	366.926.214,80	3.063.742,94
TOTAL	889.399.135,00	417.406.345,00	414.342.602,06	398.131.360,00	366.926.214,80	3.063.742,94

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.847.340,48	4.905.134,18	4.173.055,60	4.173.055,60	3.105.325,30	474.093,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.847.340,48	4.905.134,18	4.173.055,60	4.173.055,60	3.105.325,30	474.093,76
DESPESAS DE CAPITAL	6.030.844,29	13.635.756,36	13.763.995,41	13.520.354,69	876.388,35	5.269.857,61
Investimentos	6.030.844,29	13.635.756,36	13.763.995,41	13.520.354,69	876.388,35	5.269.857,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.878.184,77	18.540.890,54	17.937.051,01	17.693.410,29	3.981.713,65	5.743.951,37

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	510,00	7.920.568,23	7.919.331,42	-	1.746,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.588.483,98	7.588.483,98	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	510,00	332.084,25	330.847,44	-	1.746,81
DESPESAS DE CAPITAL	-	33.131,53	33.131,53	-	-
Investimentos	-	33.131,53	33.131,53	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	510,00	7.953.699,76	7.952.462,95	-	1.746,81

tabela 63 – Receita Patrimonial – valores em unidades de real

BALANÇO 2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED EDUC TECN CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	06/03/2018	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	5.210.018,00	5.210.018,00	1.399.664,45	-3.810.353,55
Recargas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recargas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Conf. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	973.891,00	973.891,00	842.869,01	-131.021,99
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	973.891,00	973.891,00	842.869,01	-131.021,99
Valores Mobiliários	-	-	492,02	492,02
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Recarga Agrícola	-	-	-	-
Recarga Industrial	-	-	-	-
Recargas de Serviços	1.145.828,00	1.145.828,00	280.092,98	-865.735,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.145.828,00	1.145.828,00	280.092,98	-865.735,02
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	3.090.299,00	3.090.299,00	-	-3.090.299,00
Outras Receitas Correntes	-	-	276.702,46	276.702,46
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	276.702,46	276.702,46
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Celia Machado Guimarães SOU
Substitua da Diretora de DIF
CEFET/RJ
SIAPE: 0331042



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED EDUC TECN CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	06/03/2018	PÁGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	5.210.018,00	5.210.018,00	1.399.664,45	-3.810.353,55
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	5.210.018,00	5.210.018,00	1.399.664,45	-3.810.353,55
DEFICIT	-	-	482.925.132,12	482.925.132,12
TOTAL	5.210.018,00	5.210.018,00	484.324.796,57	399.114.779,57
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Anulação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Liquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	384.499.864,00	393.699.332,00	389.910.206,21	385.605.872,93	377.984.503,80	3.789.125,79
Pessoal e Encargos Sociais	385.081.161,00	340.776.974,00	339.256.729,58	339.256.729,58	331.668.245,60	1.520.244,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.409.703,00	52.922.358,00	50.653.476,63	45.748.342,45	45.416.258,20	2.268.881,37
DESPESAS DE CAPITAL	7.917.128,00	15.262.351,00	14.414.590,36	778.834,00	745.702,47	847.760,64
Investimentos	7.917.128,00	15.262.351,00	14.414.590,36	778.834,00	745.702,47	847.760,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	372.407.992,00	408.961.683,00	404.324.796,57	385.783.966,63	377.830.206,27	4.634.886,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Celia Machado Guimarães SOU
Substitua da Diretora de DIF
CEFET/RJ



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26256 - CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	Anual
EMISSÃO	06/03/2018	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	372.407.992,00	488.961.683,00	484.324.796,57	385.783.906,03	377.630.286,27	4.626.886,43
TOTAL	372.407.992,00	488.961.683,00	484.324.796,57	385.783.906,03	377.630.286,27	4.626.886,43

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.212.308,20	10.037.459,84	6.177.156,12	6.177.156,12	2.225.271,44	2.847.340,48
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.212.308,20	10.037.459,84	6.177.156,12	6.177.156,12	2.225.271,44	2.847.340,48
DESPESAS DE CAPITAL	3.446.228,32	10.124.327,58	7.502.727,80	7.502.727,80	46.983,81	6.030.844,29
Investimentos	3.446.228,32	10.124.327,58	7.502.727,80	7.502.727,80	46.983,81	6.030.844,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4.658.536,52	20.171.787,42	13.679.883,92	13.679.883,92	2.272.255,25	8.878.184,77

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	12.383,46	553.489,96	554.084,56	11.287,86	510,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	12.383,46	553.489,96	554.084,56	11.287,86	510,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.962,66	276.756,65	278.719,31	-	-
Investimentos	1.962,66	276.756,65	278.719,31	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	14.346,12	830.256,61	832.803,87	11.287,86	510,00

Célia Souza
Célia Machado Guimarães Souza
Substituta do Diretora de DIRAP
CEPET/RJ
SIAPE: 0391042